

Obras Públicas

Deputados com ligações ao sector onde legislam

A semana passada foi apresentado um livro em homenagem ao fiscalista Saldanha Sanches, onde 14 autores abordam a corrupção

Nuno Sá Lourenço

● “Quando se reúne a Comissão Parlamentar das Obras Públicas, com seis dos seus membros directamente ligados ao meio, mais parece estar reunida uma associação empresarial do sector.” A frase surge já no final do texto do ex-vereador de Rui Rio na Câmara do Porto Paulo Morais. Termina assim um retrato negro e violento do actual cenário político visto por quem esteve por dentro e está agora fora do jogo. Morais foi um dos 14 autores que escreveram, cada um, um capítulo que compõe a homenagem em livro a Saldanha Sanches, falecido em Maio de 2010. Uma frase tão directa e desassombrada como as que o fiscalista usava quando denunciava o *statu quo* português.

Ao longo das cerca de 200 páginas de *Transparência, Justiça, Liberdade. Em Memória de Saldanha Sanches*, os autores debruçam-se sobre os temas que aquele fiscalista abordou na sua carreira.

O depoimento de Morais sobressalta pelo retrato virulento e directo que tira. Chamou-lhe *Anatomia da Corrupção em Portugal* e serviu-lhe para denunciar que “a promiscuidade entre poderosos interesses privados e gestão da coisa pública é a regra”. O objectivo é apresentar o sistema como problema, mas a vantagem do livro em relação a outros

6

deputados, que integram a comissão parlamentar de Obras Públicas, têm interesse na obra, segundo Paulo Morais.

está nos exemplos dados da forma como esse sistema funciona. “Os nossos deputados mais não são que marionetas nas mãos dos dirigentes partidários”, acusa.

O autor chega assim à Comissão Parlamentar de Obras Públicas para tentar demonstrar como os “donos do regime”, que na sua opinião são o “sector financeiro, a construção civil e os promotores imobiliários”, controlam os negócios e o Estado.

O PÚBLICO pegou no exemplo da Comissão de Obras Públicas e foi tentar perceber se existiam de facto de-

“

De cada vez que um deputado debate ou elabora legislação, vacila entre a lealdade ao povo que o elege e a fidelidade às empresas que lhe pagam

Paulo Morais, antigo vereador de Rui Rio

”

putados ligados ao meio. Através do registo de interesses – que os deputados são obrigados legalmente a fornecer – encontrou alguns exemplos.

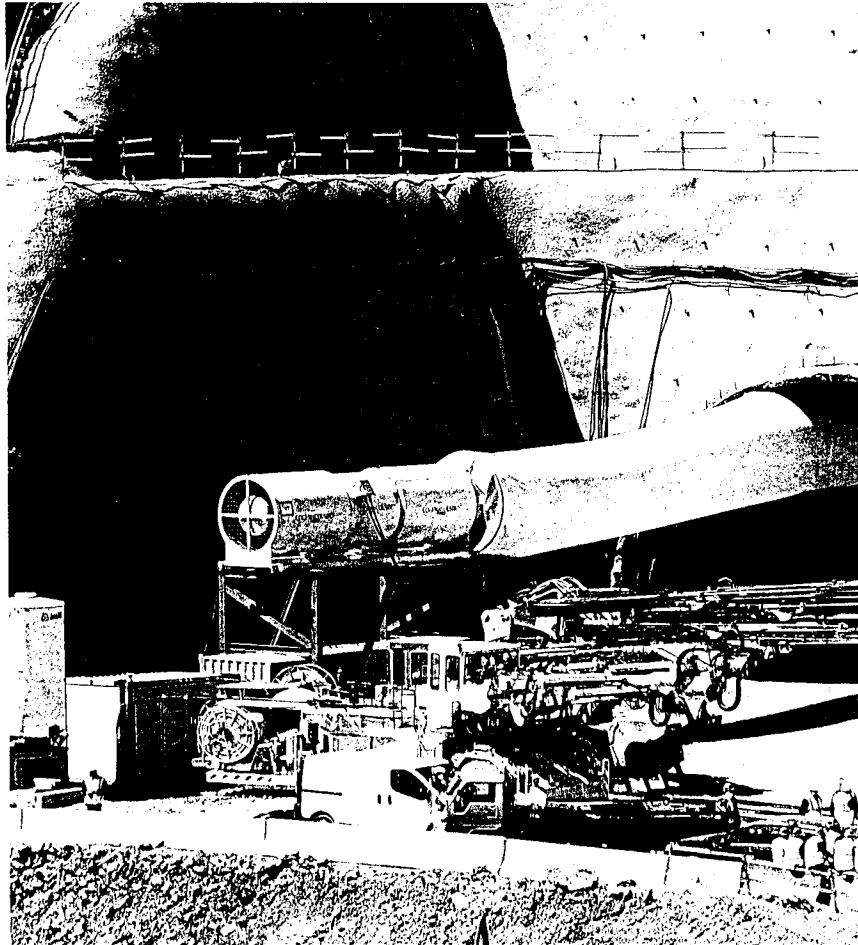
Jorge Costa, do grupo parlamentar do PSD, tem participações sociais numa empresa de construção civil e em duas do ramo do imobiliário. Numa destas últimas é presidente do conselho de administração.

Ao PÚBLICO fez questão de frisar que nenhuma destas teve, alguma vez, qualquer negócio com o Estado. “Se há actividade que é escrutinada, é pública, essa actividade é a política, seja não só em relação aos deputados, seja em relação aos membros do Governo”, garante.

Depois de lembrar as leis que estão em vigor e que vigiam a conduta dos deputados, Jorge Costa lembra que a sua experiência no sector é necessária para o trabalho que faz. “Eu conhecer o sector não me torna parcial”, assegura. E acrescenta que, levadas ao extremo, as questões colocadas por Morais afastariam parlamentares das áreas que dominam. “Levava a que só pudesse ir para estes sectores quem não conhecia nada deles.”

O deputado socialista Mota Andra-

Muitos deputados têm interesses no sector das obras e construção civil



de alerta para o mesmo. Surge nos registos de interesse do Parlamento como gerente em empresas em que tem declaradas participações sociais. Numa sociedade de construções, compra e venda, e numa outra de mediação imobiliária: a Sociedade

de Construções Rua Nova e a Predial Rua Nova.

Garante que, enquanto foi responsável, as empresas pouca ou nenhuma actividade de construção tiveram sequer: “O que fiz na altura foi prédios para compra e venda”, esclarece. E

assegura estar actualmente afastado da gestão, acrescentando que nunca trabalhou com o Estado: “Actualmente nem têm actividade.” E remata lembrando que a sua experiência na área também é uma vantagem: “Ou querem deputados profissionais ou querem deputados que saibam do que estão a falar”, resume.

No registo de interesses de Adriano Rafael Moreira (PSD) surge o cargo de gerente da LousaConstrói, apresentada como empresa do ramo dos investimentos imobiliários. Garante que cumpriu todos os requisitos legais. Sobre as acusações de Morais, o social-democrata garante que, no seu caso, “não se aplicam”: “A empresa a que estive ligado até à tomada de posse como deputado não exerce actividade de construção civil nem de obras públicas. Faz compra e venda de património”, explica, antes de acrescentar que funciona mais como uma “sociedade familiar” que serve para gerir o património familiar.

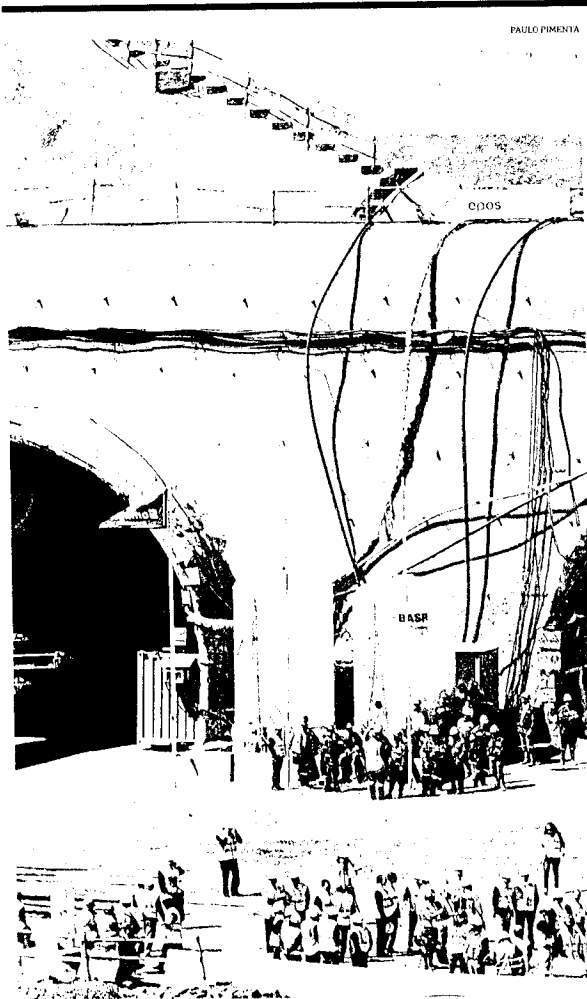
Assegura que, “ao nível dos deputados, o processo é da máxima transparência”. E acredita que o regulamento acautela e previne perfeitamente casos que possam surgir

A palavra corrupção aparece três vezes. Transparência surge duas. E isto apenas no índice do livro publicado pela Rui Costa Pinto Edições.

Só podia ser assim. Os autores-organizadores do livro, Luís de Sousa e Domitília Soares, lembram que “o combate contra a corrupção, a fraude e evasão fiscais são domínios sempre presentes na sua [de Saldanha Sanches] reflexão e intervenção, quer enquanto académico, quer enquanto conferencista ou até mesmo como perito e fazedor de opinião”.

E a escolha dos autores não podia, por isso, ser ao acaso:

António Barreto, António Dores, Carlos Pimenta (ex-secretário de Estado do Ambiente de Cavaco Silva), Elena Burgoa, João Triães, José Adelino Maltez, Miguel Fernandes (que foi presidente da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos), Nuno Gonçalves, Óscar Afonso, Paulo Morais, Paulo Morgado e Maria José Morgado, mulher de Saldanha Sanches e coordenadora do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa que é responsável por algumas das mais importantes investigações e processos na área da corrupção em Portugal.



Papel dos deputados “Cabe à AR apagar da legislação a 'ocasião que faz o ladrão”

● O livro foi apresentado um dia depois da tomada de posse de Cavaco Silva, que colocara este tema no seu também violento diagnóstico à situação política actual. “Deve ser clara a separação entre a esfera pública das decisões colectivas e a esfera privada dos interesses particulares”, avisou o chefe de Estado no Parlamento. Nesse dia, perante o Presidente, estavam os visados por Paulo Morais: os deputados, cuja conduta o ex-autarca denunciava no livro, mas, ainda assim, via como única saída para o problema.

Para Morais, só os parlamentares têm poder para alterar a situação: “Urge prioritariamente intervir, revogando muita da legislação, analisando a restante e identificando os alçapões por onde entra a corrupção. Cabe ao Parlamento esta tarefa hercúlea de apagar da legislação a ‘ocasião que faz o ladrão’”. Mas para que tal acontecesse, seria necessário ultrapassar um problema - “A tarefa revela-se na prática impossível, uma vez que a maioria dos actuais deputados se funcionalizou”, acusa. Quem poderia enfrentar o problema “está, afinal, refém dos interesses mais obscuros”. “Marionetas” ou pouco mais do que isso, conclui o autor.

Jorge Costa (PSD) responde que é assim que funciona o sistema, invocando o princípio da disciplina de voto: “Se eu aceito fazer parte das listas de um partido, ser deputado, subscrevo um compromisso. Se não, isto era um regime anárquico. No dia em que o sistema mudar, as questões podem ser colocadas de forma diferente.”

Actualmente, o autor é director do Instituto de Estudos Eleitorais da Universidade Lusófona do Porto e vice-presidente da Transparência e Integridade - Associação Cívica. As suas áreas de investigação académica centram-se em sondagens, sistemas eleitorais, desenvolvimento e qualidade de vida. Foi vereador do Urbanismo na Câmara do Porto, entre 2002 e 2005, com Rui Rio.

O PÚBLICO confrontou os líderes parlamentares do PS e PSD sobre as acusações feitas aos seus deputados. Até ao fecho da edição de ontem não tinham chegado respostas de Francisco Assis e Miguel Macedo sobre o assunto. No pedido - enviado há uma semana - questionavam-se os dirigentes políticos sobre se a lei, tal como estava, era suficiente, se consideravam que o assunto deveria ser ponderado, e eram convidados a responder às acusações feitas.

“

Quando se reúne a Comissão Parlamentar de Obras Públicas, com seis dos seus membros ligados ao meio, mais parece uma associação empresarial do sector

Paulo Morais, antigo vereador de Rui Rio

de abuso. Algo que não acontece, avisa, para todos. “Os membros dos gabinetes dos membros do Governo, por exemplo, não têm este regime de transparência”, afirma.

Também o social-democrata Jorge Costa sublinha a vigilância apertada aos deputados. “Já o mesmo não acontece com outros, a começar pelos professores universitários”, alerta.

Do ponto de vista legal, nada há a apontar aos visados por Paulo Morais. Afinal, respeitam a lei e os regimentos, os seus interesses estão declarados e são públicos. E os mecanismos para os controlar - Comissão de Ética, no Parlamento, Entidade das Contas, no Tribunal Constitucional - estão criados. Formalmente, o Estado português e os seus líderes fizeram tudo para combater a corrupção e privilegiar a transparência. E, contudo, por entre todas as garantias há uma frase de Paulo Morais que fica no ar, porque reflecte o descontentamento e a desilusão que, porventura, fez tanta gente sair à rua no dia 12 de Março: “De cada vez que um deputado debate ou elabora legislação, vacila entre a lealdade ao povo que o elege e a fidelidade às empresas que lhe pagam.”

”